



A LONGA JORNADA DE TRABALHO DAS MULHERES PESCADORAS ARTESANAIS MATO- GROSSENSSES

Julyana da Silva Baia ¹
Giancarla Salamoni ²

RESUMO

O presente estudo analisa a longa jornada de trabalho das mulheres pescadoras artesanais mato-grossenses, destacando suas condições de vida, vulnerabilidades e contribuições à economia familiar e à pesca tradicional. A pesquisa, derivada do projeto GECA PESCA da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), utilizou metodologia qualitativa e quantitativa, com entrevistas, observações de campo e análise de dados geográficos e socioeconômicos. Verificou-se que a maioria das pescadoras tem entre 30 e 80 anos, é casada ou vive em união estável e iniciou na pesca por influência familiar e pela falta de oportunidades de estudo e emprego. Essas mulheres enfrentam jornadas diárias que variam de 10 a 16 horas, acumulando funções produtivas e reprodutivas — desde a captura e o beneficiamento até os cuidados com o lar e os filhos. Apesar de sua relevância para a subsistência das comunidades ribeirinhas, as pescadoras permanecem invisibilizadas nas políticas públicas e pouco reconhecidas profissionalmente, recebendo rendas que variam de R\$600 a dois salários-mínimos. O estudo evidencia que a divisão sexual do trabalho na pesca reforça desigualdades históricas e sobrecarga feminina, reproduzindo estereótipos e exclusões no acesso a direitos trabalhistas e previdenciários. Conclui-se que é urgente fortalecer o papel das colônias de pescadores e ampliar políticas públicas que garantam reconhecimento, segurança e equidade de gênero. A valorização do trabalho das mulheres na pesca artesanal é essencial para o desenvolvimento sustentável, a justiça social e a preservação cultural nas comunidades mato-grossenses.

Palavras-chave: Pesca artesanal; Trabalho; Mulheres pescadoras; Mato Grosso.

RESUMEN

El presente estudio analiza la larga jornada laboral de las mujeres pescadoras artesanales del estado de Mato Grosso, destacando sus condiciones de vida, vulnerabilidades y contribuciones a la economía familiar y a la pesca tradicional. La investigación, derivada del proyecto GECA PESCA de la Universidad Federal de Mato Grosso (UFMT), utilizó una metodología cualitativa y cuantitativa, con entrevistas, observaciones de campo y análisis de datos geográficos y socioeconómicos. Se verificó que la mayoría de las pescadoras tiene entre 30 y 80 años, está casada o vive en unión estable y comenzó en la pesca por influencia familiar y por la falta de oportunidades de estudio y trabajo. Estas mujeres enfrentan jornadas diarias que varían entre 10 y 16 horas, acumulando funciones productivas y reproductivas —desde la captura y el procesamiento del pescado hasta el cuidado del hogar y de los hijos—. A pesar de su relevancia

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Rio Grande -RS, ad09@hotmail.com.

² Professora orientadora: Doutora em Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Rio Grande-RS, gi.salamoni@yahoo.com.br.



para la subsistencia de las comunidades ribereñas, las pescadoras continúan invisibilizadas en las políticas públicas y poco reconocidas profesionalmente, con ingresos que oscilan entre 600 reales y dos salarios mínimos. El estudio evidencia que la división sexual del trabajo en la pesca refuerza desigualdades históricas y la sobrecarga femenina, reproduciendo estereotipos y exclusiones en el acceso a derechos laborales y de seguridad social. Se concluye que es urgente fortalecer el papel de las colonias de pescadores y ampliar las políticas públicas que garanticen reconocimiento, seguridad y equidad de género. La valorización del trabajo femenino en la pesca artesanal es esencial para el desarrollo sostenible, la justicia social y la preservación cultural de las comunidades mato-grossenses.

Palabras clave: pesca artesanal; mujeres; jornada laboral; Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

Para Porto-Gonçalves (2016, p. 9) “o homem é a natureza que toma consciência de si própria e está é uma descoberta verdadeiramente revolucionária numa sociedade que disso se esqueceu ao colocar o projeto de dominação da natureza”, expressando a noção de totalidade indissociável entre sociedade e natureza. Nesse sentido, na pesca é perceptível as conexões entre atividade econômica e riquezas naturais.

A pesca é a retirada de seres aquáticos dos seus habitats naturais. Os primeiros registros da pesca foram identificados no século 4 a.C e sua valorização ocorreu a partir das trocas de mercadorias ao longo do processo civilizatório (Dias, 2006). No caso do Brasil, a valorização da pesca comercial foi intensificada nos anos de 1960 pela atuação da Superintendente de Desenvolvimento da Pesca e a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca.

Em tempos atuais, a Lei n.11.959, de 29 de junho de 2009 dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e regula as atividades pesqueiras. Consta na referida Lei que a pesca artesanal é definida como modalidade de pesca comercial, realizada diretamente pelo pescador, autonomamente ou com auxílio do grupo familiar, em embarcações de pequeno porte. Em 2009, por meio da referenciada Lei, nos seguintes termos do Art. 8º, a pesca é classificada como: I- comercial: a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte (BRASIL, 2009).

Para entendermos a relação entre pesca artesanal e trabalho, Scott (1996) fala que um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero como uma forma primeira de significar as relações de poder. Alves (2016) defende que a divisão sexual do trabalho provoca uma distribuição desigual do uso do tempo entre as



atividades de produção e reprodução. Em geral, cabe as mulheres a execução os afazeres da reprodução que se configura no trabalho não remunerado tais como organização da casa, cuidado com as crianças e doentes entre outros, enquanto os homens possuem maior disponibilidade para o trabalho remunerado. Sendo assim, a questão que se coloca, em termos de políticas públicas, é como liberar a mulher ao direito ao emprego remunerado e comprometer os homens com a economia do cuidado, bem como garantir o fomento de políticas públicas que favoreçam a conciliação entre trabalho e família.

Após estudos preliminares, foi definido como objetivo principal desse trabalho entender a atuação das mulheres pescadoras artesanais mato-grossenses e suas longas jornadas de trabalho, observando suas fragilidades e potencialidades.

Essa pesquisa surgiu de um recorte do projeto de maior abrangência denominado GECA PESCA: Estudo Socioeconômico e Ambiental da Pesca o Centro Sul do Estado de Mato Grosso, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade, da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). O projeto GECA PESCA teve como objetivo caracterizar e mapear a atividade pesqueira tradicional nos rios de Mato Grosso a partir dos anos 2000, considerando seus aspectos legais-culturais, sócios-ambientais, históricos e econômicos. Assim como o projeto de pesquisa, esse trabalho foi pensado após percebermos a necessidade de estudos do cotidiano das mulheres na pesca, dando maior visibilidade a suas rotinas de trabalho e momentos em que elas dividem trabalho e a vida pessoal.

METODOLOGIA

É no planejamento da pesquisa que se deverá decidir o tipo da pesquisa, ou seja, se a estrutura será na forma experimental ou não experimental. Ao mesmo tempo deve-se selecionar também os instrumentos para obter as análises das variáveis em questão. E só então define-se as estratégias de direção e de análises dos resultados, apontando para as possíveis conclusões. Muitas vezes as conclusões se dão através de novas perguntas, reiniciando-se um novo ciclo da jornada científica.

Esta pesquisa³ se realizou metodologicamente através do levantamento de dados qualitativos e quantitativos. Contou com a análise das informações coletadas em pesquisas de campo e no banco de dados do Projeto GECA PESCA: Estudo Socioeconômico e Ambiental da Pesca o Centro Sul do Estado de Mato Grosso. A metodologia do projeto constitui-se de um levantamento de dados, organização, confrontação, sistematização e análise das informações

³ Este artigo é parte de pesquisa de maior abrangência desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia na Universidade Federal do Mato Grosso- UFMT.



coletadas. Na vertente quantitativa que aliados aos dados qualitativos das pesquisas de campo, realizará o cruzamento dessas informações através do software ArcGIS 9, criando assim mapas temáticos e o uso do Excel para a elaboração de gráficos e tabelas sobre as mulheres e sua atuação na pesca artesanal no centro sul do estado de Mato Grosso.

Na etapa seguinte foram criados protocolos de pesquisa próprio para as mulheres pescadoras artesanais, e desenvolvidos em forma de entrevistas e vivências de campo que aprimorou os conhecimentos sobre o universo das mulheres pescadoras, buscando interferir, minimamente, no dia de trabalho e/ou lazer.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os estudos de gênero aplicados ao trabalho rural e pesqueiro partem do entendimento de que a divisão sexual do trabalho é uma construção social que hierarquiza as atividades produtivas e reprodutivas (Hirata; Kergoat, 2007). Nas sociedades modernas, o trabalho feminino historicamente foi associado às esferas do cuidado e do doméstico, o que o tornou invisível aos sistemas de registro e às políticas públicas (Scott, 1995).

No contexto da economia rural, o conceito de trabalho invisível das mulheres é amplamente discutido por autoras como Saffioti (2015) e Paulilo (2016), que evidenciam como as contribuições femininas nas atividades produtivas familiares raramente são reconhecidas como trabalho “formal”, ainda que sejam fundamentais para a manutenção das unidades produtivas. Essa invisibilidade é também marcada pela dupla jornada, que combina o trabalho produtivo (geração de renda) com o trabalho reprodutivo (cuidado da casa, filhos e idosos).

A Pesca Artesanal e o Papel das Mulheres

A pesca artesanal é uma atividade socioeconômica que abrange cerca de 1 milhão de pessoas no Brasil, distribuídas em comunidades costeiras, ribeirinhas e lacustres (FAO, 2022; MPA, 2024). A literatura mostra que as mulheres representam uma parcela significativa da força de trabalho nesse setor, mas sua atuação é historicamente subdimensionada.

Segundo o Boletim da Atividade Pesqueira / Registro Geral do Pescador e Pescadora Profissional (RGP) do Ministério da Pesca e Aquicultura (Boletim RGP 2024), a unidade federativa de Mato Grosso registra 11.703 pescadores e pescadoras profissionais formalmente inscritas no RGP. Observa-se forte concentração territorial: aproximadamente 74% desses registros estão concentrados em 10 municípios (Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Cáceres, Poconé, Barão de Melgaço, Santo Antônio do Leverger, Barra dos Bugres, Rosário Oeste e Barra do Garças), indicando heterogeneidade espacial da atividade. Em termos de gênero, o contexto nacional aponta para uma participação feminina próxima a 49% dos registros



(dados do Painel SISRGP/MPA), mas estimativas locais e relatos de lideranças em Mato Grosso sugerem participação feminina menor na base formal do RGP — em torno de 30% segundo lideranças estaduais — o que pode refletir sub-registro de mulheres que atuam nas etapas pré e pós captura e não constam como “pescadoras” no sistema oficial. Estudos regionais na Bacia do Alto Paraguai (Embrapa Pantanal) mostram elevada formalização entre ribeirinhos em determinadas áreas (em algumas amostras, até 90% dos moradores ribeirinhos aparecem como registrados), evidenciando a heterogeneidade local e a necessidade de cautela na interpretação estatística. Essas discrepâncias entre bases oficiais e estimativas locais reforçam a limitação dos dados administrativos e a necessidade de abordagens metodológicas mistas (microdados, trabalho de campo e recenseamento local) para mensurar adequadamente a participação e a carga de trabalho das mulheres na pesca artesanal em Mato Grosso.

Estudos realizados por Leitão (2014) e Ramos et al. (2023) apontam que as mulheres estão presentes em todas as etapas da cadeia produtiva da pesca — da preparação de insumos à comercialização —, mas sua atuação tende a ser classificada como “ajuda” ou “apoio familiar”, o que limita seu acesso a direitos previdenciários, políticas públicas e reconhecimento profissional.

De acordo com a FAO (2021), cerca de 47% das pessoas ocupadas no setor pesqueiro mundial são mulheres, predominando nas atividades de processamento, conservação e venda. No Brasil, o Painel do Registro Geral da Pesca (RGP) indica que aproximadamente 49% dos pescadores registrados são mulheres, embora esse número varie regionalmente (MPA, 2024).

A contribuição feminina na pesca artesanal é, portanto, estruturante: elas garantem a continuidade da produção, o sustento alimentar da família e a reprodução cultural das comunidades pesqueiras. No entanto, continuam sub-representadas nos espaços de decisão e de gestão das políticas pesqueiras (Antunes Neto; Silva; Amaral, 2021).

Invisibilidade e Reconhecimento do Trabalho Feminino

A invisibilidade do trabalho das mulheres na pesca decorre da sobreposição entre o produtivo e o reprodutivo. Segundo Paulilo (2016), as atividades exercidas por mulheres tendem a ser desvalorizadas quando vinculadas ao espaço doméstico ou à economia familiar, mesmo quando geram renda ou valor de mercado.

No caso da pesca artesanal, essa invisibilidade é reforçada pela legislação. A Lei nº 11.959/2009, que regulamenta a atividade pesqueira no Brasil, não define claramente as etapas pré e pós-captura, o que faz com que milhares de mulheres que limpam, salgam, secam ou comercializam o pescado fiquem fora da categoria legal de “pescadoras artesanais” (Araujo;Pinho, 2024).



Esse apagamento tem efeitos diretos sobre o acesso a direitos sociais, como o seguro-defeso, o benefício de segurado especial e a aposentadoria rural (Ramos et al., 2023). Assim, a ausência de reconhecimento jurídico e estatístico perpetua desigualdades de gênero e contribui para o prolongamento da jornada de trabalho feminina, já que as mulheres precisam buscar múltiplas fontes de renda e acumular tarefas domésticas e produtivas.

Jornada de Trabalho das Mulheres Pescadoras

A noção de “jornada de trabalho” das mulheres pescadoras não pode ser entendida apenas como o tempo dedicado à captura ou ao beneficiamento do pescado. Trata-se de uma jornada ampliada, que inclui as dimensões domésticas e comunitárias (Fassarella, 2019).

Estudos empíricos realizados no litoral de Santa Catarina e no estado do Pará mostram que as pescadoras chegam a trabalhar entre 12 e 16 horas diárias, distribuídas entre a pesca, o preparo do pescado, a venda em feiras e o cuidado com a família (Leitão, 2014; Cézar; Theis 2022). Esse acúmulo de funções gera exaustão física e emocional, comprometendo o tempo de lazer e o autocuidado.

No caso do Mato Grosso, o Boletim do RGP (MPA, 2024) registra 11.703 pescadores(as) no estado, dos quais cerca de 30% são mulheres, segundo estimativas locais. A maioria delas atua nas margens dos rios Cuiabá, Teles Pires e Paraguai, especialmente nos municípios de Cáceres, Poconé e Santo Antônio do Leverger. As pescadoras mato-grossenses participam das atividades de limpeza, salga e comercialização, mas muitas não possuem registro formal no RGP — o que as exclui do acesso a políticas de crédito e previdência.

Em pesquisa da Embrapa Pantanal (2018), observou-se que até 90% dos moradores ribeirinhos de algumas comunidades do Alto Paraguai estão vinculados à pesca artesanal, e que o trabalho das mulheres é essencial na manutenção das famílias, especialmente durante o período de defeso, quando as restrições à pesca formal aumentam a dependência das atividades femininas.

Políticas Públicas e Desigualdade de Gênero

A literatura aponta que a desigualdade de gênero na pesca artesanal não se restringe à divisão de tarefas, mas está enraizada nas estruturas institucionais. Leitão (2014) e Antunes Neto et al. (2021) destacam que, mesmo quando políticas de apoio à pesca artesanal incluem perspectiva de gênero, sua implementação enfrenta barreiras burocráticas e culturais.

O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca (MPA, 2023) e iniciativas estaduais como o Repesca-MT buscaram incluir pescadoras nos cadastros oficiais,



mas enfrentam o problema da informalidade e da falta de documentação — fatores que afetam principalmente as mulheres.

De acordo com a FAO (2022), políticas eficazes de equidade de gênero na pesca devem considerar: Reconhecimento legal das atividades femininas em todas as etapas da cadeia produtiva; Proteção social (seguro-defeso, aposentadoria, licença-maternidade); Capacitação técnica e acesso a crédito; Infraestrutura e tecnologias adequadas para reduzir o tempo e o desgaste físico do trabalho; Participação das mulheres em espaços decisórios, como colônias de pescadores e conselhos de pesca.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atividade pesqueira contribui também para o sustento das economias locais nas comunidades costeiras e nas localizadas próximo às margens de rios e lagos (COLETIVO INTERNATIONAL DE APOIO AOS TRABALHADORES DA PESCA, 2016). No Brasil, os pescadores artesanais apresentam baixa renda, baixa escolaridade e não costumam ser incluídos nos planos de manejo pesqueiros.

O pescador artesanal está diretamente vinculado ao ambiente, acumulando um conhecimento fundamental relacionado aos recursos naturais na localidade em que habita (Ramires; Molina; Hanazaki, 2007).

A divisão sexual do trabalho sempre esteve presente na história das relações entre mulheres e homens. Muitas vezes, essa divisão foi explicada com base em ideias biológicas, que ligam o papel das mulheres na reprodução à separação das funções sociais entre os sexos. No entanto, essa divisão não é natural, e sim construída socialmente, mudando conforme o tipo de sociedade e o período histórico. No sistema capitalista, por exemplo, o trabalho das mulheres costuma ser visto não só como diferente, mas também como menos importante, o que leva à sua desvalorização e à desigualdade na remuneração em relação ao trabalho dos homens.

A partir dos anos 1970, com algumas conquistas sobre o reconhecimento da profissão de pescadoras artesanais, passou a ser registrado um número maior de mulheres na pesca, apesar das muitas dificuldades geradas pelas duplas ou triplas jornadas de trabalho. Geralmente, as condições na atividade são precárias, com longas jornadas diárias de trabalho, correndo riscos como ataques de animais e até mesmo de afogamento. Sem muitas vezes ter o seu reconhecimento profissional e ganhando muito pouco, as mulheres combinam a atividade pesqueira com outras formas de trabalho (formal e informal) para conseguir manter a geração de renda para suas necessidades e da sua família.



Para Martinez e Hellebrandt (2019), a presença feminina na cadeia produtiva da pesca artesanal é de grande diversidade nas atividades e é invisibilizada. Em geral, as mulheres trabalham no processamento dos produtos da pesca. Mas também realizam a captura, assim como, desenvolvem o artesanato ou produzem e reparam apetrechos de pesca, além de atuarem no comércio do pescado. Entretanto, o trabalho feminino tem sido apagado tanto internamente, pela desvalorização no interior das comunidades pesqueiras, quanto pela falta de identidade coletiva das próprias trabalhadoras, ou externamente, nos estudos acadêmicos e na legislação destinada ao reconhecimento profissional para fins de inclusão em políticas sociais, como são os direitos previdenciários.

Para chegarmos ao resultado dessa pesquisa foi necessário fazer essa contextualização sobre atividade pesqueira, pesca artesanal, divisão sexual do trabalho e mulheres na pesca. Nas entrevistas realizadas nas colônias de pescadores do estado do Mato Grosso, obtivemos diversas informações sobre a vida das mulheres pescadoras, a fim de elaborar o perfil das entrevistadas, informações sobre renda e condições de trabalho.

No perfil verificamos que a faixa etária das pescadoras entrevistadas varia de 30 a 80 anos, a maioria delas são casadas ou estão em união estável, vivem nas suas residências com filhos e maridos. Foi verificado, também, que 90% das entrevistadas iniciaram suas jornadas na pesca por influência de algum familiar e a falta de oportunidade de estudos e trabalhos.

Quanto a renda, informaram que para mantê-las e suas respectivas famílias é necessário desempenhar longas jornadas de trabalho na pesca que varia de 10 a 16 horas, após esse período ainda tem que se dedicar aos afazeres domésticos e o cuidado com os filhos. E mesmo fazendo longas e exaustivas rotinas de trabalho, a renda varia de seiscentos reais, podendo chegar até, no máximo, dois salários mínimos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesca artesanal é uma atividade considerada tradicional, mantendo dentro das comunidades ribeirinhas e comunidades tradicionais um patrimônio cultural e econômico. A construção da identidade profissional das pescadoras atravessa processos sociais ganhando mais ênfase a partir da década de 70. As colônias de pescadores, enquanto uma instituição que regula a atividade pesqueira, deveria fortalecer as demandas da classe, uma vez que a mulher sempre esteve presente nas atividades pesqueiras, entretanto, permanece com estereótipos em suas práticas. Mesmo nas colônias que tem como presidente mulheres ocorrem situações de constrangimento e preconceito em relação a presença das mulheres como pescadoras artesanais. É possível compreender que a longa jornada de trabalho das mulheres pescadoras é resultado de uma estrutura social e institucional que combina: invisibilidade social e estatística, divisão



sexual do trabalho, falta de reconhecimento legal, e sobreposição de responsabilidades produtivas e reprodutivas.

A pesca artesanal, embora central para a segurança alimentar e cultural das comunidades, reproduz desigualdades de gênero que ampliam a carga de trabalho das mulheres e dificultam o acesso a direitos e a condições dignas de vida.

O caso de Mato Grosso ilustra esse cenário: as pescadoras têm papel fundamental nas cadeias produtivas do Pantanal e da Bacia do Alto Paraguai, mas continuam sub-representadas nos registros formais, com jornadas extensas e poucos mecanismos de proteção social. Isso reforça a necessidade de uma abordagem interseccional — articulando gênero, território e política pública — para compreender e transformar essa realidade.

As mulheres desde cedo sofrem com longas jornadas de trabalhos e lutas para manter uma certa igualdade junto aos homens, e na pesca não é diferente, as pescadoras artesanais seguem suas jornadas extensas e com alto grau de penosidade física e mental, tanto no ambiente da pesca quanto nos espaços domésticos. Essa jornada, muitas vezes, tem início na madrugada e se estende até tarde da noite, pois é necessário um horário extenso para a pesca e venda dos pescados e após finalização do dia de trabalho sempre tem mais trabalho, cuidar de casa, cuidar da família. Essa tripla jornada de trabalho muitas vezes as fazem descuidar da própria saúde, ou até mesmo fazendo-as desistir da pesca para a procura de algum serviço que tome menos tempo.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. Desafios da Equidade de Gênero no Século XXI. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v.24, n.2, p.629-638, jun. 2016.

ANTUNES NETO, J. N.; SILVA, R. O.; AMARAL, S. C. S. Maré invisível e as mulheres na pesca artesanal: um estudo sobre o perfil laboral e a discriminação indireta na atividade pesqueira do Brasil. **Campo-Território**, v. 16, n. 43, 2021.

ARAUJO, M. J. B.; PINHO, L. G. A pesca artesanal e a invisibilidade social: o caso das mulheres pescadoras do Farol de São Thomé, RJ. **Ciências Sociais em Revista**, 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.959**, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, [2023].



CÉZAR, L. S.; THEIS, R. Ser ou não ser pescadora artesanal? Trabalho feminino, reconhecimento e representação social entre marisqueiras da Bacia de Campos. **Revista de Antropologia**, USP, 2022.

DIAS, A. M. **Breves Notas sobre a História da Pesca**. Portugal: Universidade do Algarve, 2006.

FAO. **The State of World Fisheries and Aquaculture (SOFIA 2022)**. Roma: FAO, 2022.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, 2007.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Lucha por la Tierra: Ruptura metabólica y reapropiación social de la naturaleza. **Polis: Revista Latinoamericana**, v. 15, n. 45, p. 2, 2016.

LEITÃO, M. R. F. A. Gênero, pesca e cidadania. **Amazônica – Revista de Antropologia**, UFPA, 2014.

MPA – MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Boletim do Registro Geral da Pesca 2024**. Brasília, 2024.

PAULILO, M. I. Trabalho e gênero na agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas**, UFSC, 2016.

RAMIRES, M; MOLINA, S.M.G; HANAZAKI, N. Etnoecologia caiçara: o conhecimento dos pescadores artesanais sobre aspectos ecológicos da pesca. **Biotemas**, n. 20 (1),p.101-113, março de 2007.

RAMOS, M. F. S. et al. Mulheres da pesca artesanal e vulnerabilidades: os (des)caminhos do acesso aos direitos da seguridade social brasileira. **InterSciencePlace**, v. 18, 2023.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, 1995.

EMBRAPA PANTANAL. **Estudo da produção da pesca profissional artesanal na Bacia do Alto Paraguai**. Corumbá: Embrapa, 2018.